

Ministros discutem administração de problemas no Judiciário

A busca da eficiência e o combate à morosidade da Justiça foram os temas dominantes na abertura do seminário *A Nova Justiça*, no Hotel Costão do Santinho, em Florianópolis. O seminário, promovido pela revista **Consultor Jurídico**, lotou o auditório do hotel.

O governador de Santa Catarina, **Luiz Henrique da Silveira**, abriu os debates após a apresentação do evento feita pelo diretor da revista Consultor Jurídico, **Marcio Chaer**.

Coube ao ministro **Gilmar Mendes** traçar um quadro das dificuldades enfrentadas no Supremo Tribunal Federal e, por extensão, em todo o Poder Judiciário. Lembrou que estão acumulados no STF, à espera de julgamento, 160 mil processos. Cada ministro recebe mil novos processos por mês para serem julgados, uma tarefa humanamente impossível de ser cumprida. O resultado é que um processo leva, em média, 12 anos para ser julgada no país.

“Por todas estas razões, seria muito mais eficiente trabalhar com um referencial temático”, disse o ministro ao defender a adoção da Súmula Vinculante. “Queremos uma corte constitucional e não queremos efeito vinculante?” argumentou. Para ele, a morosidade e a ineficiência da Justiça acabam prejudicando diretamente o cidadão: “A falta de efeito vinculante significa um apartheid na Justiça e um apartheid social”.

Para Gilmar Mendes, a reforma legislativa também é ponto fundamental para a reformulação do Judiciário. “É preciso objetivar os processos. A legislação deveria contribuir nesse sentido, deixando as coisas mais simples e objetivas”.

O advogado **Ricardo Tosto**, falando em nome da Comissão de Reforma do Judiciário da OAB paulista, também recorreu às estatísticas para falar da necessidade de mudanças na administração de Justiça: “Apenas 20% da população recorre aos tribunais e ainda assim a Justiça está entupida de processos”, disse Tosto. “Imagine como seria a situação se toda a população tivesse acesso à Justiça”. Segundo o advogado, a lentidão da Justiça causa um prejuízo de 10 bilhões ao país.

Em busca de maior agilidade e de melhor qualidade e mais previsibilidade na resolução dos processos, a OAB-SP defende na reforma do Judiciário a criação de Câmaras Especializadas, ao mesmo tempo em que apóia a manutenção dos Juizados Especiais. Para Tosto, esta experiência significou um grande avanço ao facilitar o acesso da população à Justiça. Outra sugestão da OAB-SP no âmbito da reforma, é a reunião dos assuntos repetidos de um tribunal para serem julgados em conjunto.

Tosto, ao contrário de Gilmar Mendes, discorda que a adoção da Súmula Vinculante possa trazer benefícios, preferindo em seu lugar a adoção da Súmula Impeditiva. Manifestou também posição favorável ao controle externo, não só da magistratura, como também do Ministério Público.

“O controle externo não vai mudar absolutamente nada”, rebateu **Domingos Franciulli Netto**, ministro do STJ, que ocupou o microfone logo depois de Tosto. Aproveitou para criticar a posição da OAB: “A OAB caminha pelo politicamente correto, desprezando a funcionalidade das medidas para a reforma. O

controle externo não resolverá os problemas do Judiciário”.

O ministro afirmou que para tirar o Judiciário do caos em que se encontra é preciso um reforço de verbas e uma reformulação das leis de organização do Judiciário visando a adaptá-las às necessidades dos tempos atuais.

Franciulli Netto se posicionou contra a quarentena prevista para os magistrados que se aposentam: “A quarentena é uma reserva de mercado. Porque temos que ficar 3 anos sem advogar? Por acaso saímos da magistratura com algum vírus?”

Rodrigo Bornholdt, professor e mestre em Direito Constitucional, lamentou que o debate sobre a questão da Súmula Vinculante está perdendo o caráter técnico, que deveria norteá-lo, e ganhando um viés ideológico: “Acredito que a Súmula seja um alívio para a população que sofre com a lerdeza do Judiciário”.

Bornholdt disse acreditar, no entanto, na necessidade de maior reflexão antes de sua implementação para evitar que ela engesse o sistema: “É preciso colocar algumas condições para que a Súmula Vinculante seja realmente eficiente e assegure o direito dos cidadãos.”

[Clique aqui para ver fotos do seminário A nova Justiça](#)

Date Created

23/04/2004